

Reforma eleitoral avança, mas uso da internet gera dúvidas

As novas regras para as eleições, que poderão valer já em 2010, foram aprovadas ontem por duas comissões do Senado, mas a votação em Plenário ficou para a semana que vem. Além de a pauta estar trancada pela medida provisória que socorre municípios, há questões que precisam ser mais discutidas, sobretudo a regulamentação da campanha na internet, como disse o líder do PSDB, Arthur Virgílio. **4 e 5**



Na reunião conjunta das comissões, o presidente da CCJ, Demostenes Torres (E), e os relatores Marco Maciel e Eduardo Azeredo: este último promete apresentar emenda detalhando uso da internet



O líder do DEM, José Agripino (E), conversa com Arthur Virgílio, que considera a internet "livre o tempo todo" e impossível de se controlar



Ao lado de Roberto Cavalcanti (D), o líder do PT, Aloizio Mercadante, diz que a liberdade é a principal característica da internet

Pedido de divórcio por meio da internet

Pedidos consensuais poderão ser requeridos ao juízo competente por meio eletrônico, de acordo com projeto aprovado pela CCJ. **6**

Prisão de 5 anos para falsificador de cigarros

Proposta aprovada pela CCJ tipifica como crime a falsificação, adulteração ou fabricação de cigarros em desacordo com a lei. **6**

Órgão pode assumir dívida de empresa com terceirizado

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais atribui à administração pública responsabilidade subsidiária so-

bre encargos trabalhistas de empresas terceirizadas. Objetivo é proteger trabalhador em caso de inadimplência. **8**



Papaléo Paes (entre Mozarildo Cavalcanti, à esq., e Expedito Júnior) é autor do projeto que protege trabalhador terceirizado

Identificada origem de ameaça a Malta

A Polícia Legislativa do Senado identificou a pessoa que fez três ameaças de morte contra o senador Magno Malta. **2**

Comissão fará debates sobre a Amazônia

Objetivo do ciclo de audiências da Comissão de Desenvolvimento Regional é subsidiar políticas públicas para a região amazônica. **7**

CPI da Pedofilia convoca dono dos celulares de onde partiram as intimidações, o irmão deste, que seria autor dos telefonemas, e médica que teria atestado transtorno mental

Polícia do Senado identifica origem de ameaças a Malta

O PRESIDENTE DA CPI da Pedofilia, Magno Malta (PR-ES), comunicou ontem que a Polícia Legislativa do Senado investigou e identificou a pessoa que fez três ameaças de morte contra ele – a primeira, em março. Segundo a Polícia Legislativa, as ameaças, feitas por meio da Central de Relacionamento com o cidadão – o Alô Senado –, tiveram origem em telefones celulares de Campina Grande (PB) que pertencem ao servidor da Infraero Paulo Afonso de Farias.

A Polícia Federal na Paraíba informou à Polícia Legislativa que o proprietário dos telefones de onde surgiram as ameaças relatou que as linhas são usadas por seu irmão, José de Arimatéia Farias, e que, segundo atestado médico, é portador de transtornos mentais. Tal atestado, disse Malta, tem o carimbo da psiquiatra Vilma de Cássia Mendonça, mas não a assinatura da médica.

As gravações feitas pelo número 0800 do Senado foram apresentadas pelo parlamentar na reunião da CPI. “Diga a Magno Malta que ele vai ser assassinado.



Malta (D), ao lado de Papaléo, elogia trabalho realizado pela Polícia Legislativa

Sou pedófilo e vou assassiná-lo”, afirma a pessoa que ameaça o senador na primeira gravação. Na segunda, reafirma: “Diga a Malta que pare de investigar pedófilo; que ele será assassinado; que ele tem família, que ele se lembre que tem família. Qualquer dia ele amanhece com um tiro na cabeça; que ele pare de investigar pedófilo, esse safado”.

Malta elogiou o trabalho da Polícia Legislativa, que conseguiu identificar o telefone, mesmo estando configurado para não revelar o número.

O corregedor do Senado,

Romeu Tuma (PTB-SP), informou que encaminhará portaria ao juiz competente pela investigação na Paraíba, pedindo apuração e, se necessário, punição dos responsáveis pelas ameaças. Segundo Tuma, o caso não poderá ficar “apenas nas mãos da Justiça”, por se tratar de ameaças a um senador da República.

A CPI da Pedofilia vai convocar, conforme requerimento aprovado ontem, a médica Vilma Mendonça; o proprietário das linhas telefônicas, Paulo Afonso de Farias, e seu irmão José de Arimatéia Farias, a prestarem esclarecimentos à comissão.



Genalbo Magalhães

Kátia Abreu comenta denúncia da revista Veja contra o MST

Kátia Abreu (DEM-TO) comentou denúncia publicada pela revista *Veja*, segundo a qual quatro organizações não governamentais ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) receberam R\$ 20 milhões em doações feitas por entidades sediadas fora do país, entre 2003 e 2007. A revista informa que as quatro entidades obtiveram R\$ 43 milhões em convênios com o governo federal, no mesmo período, diz a senadora.

De acordo com a *Veja*, as entidades são a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca); a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab); o Centro de Formação e Pesquisa Contestado (Cepatec); e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo (Itac). A senadora lembrou que as duas

primeiras já foram investigadas pela CPI Mista da Terra, que apurou que essas entidades desviaram “alguns milhões de reais” de dinheiro público.

– Eu pergunto à Receita Federal do Brasil: os recursos internalizados foram contabilizados e foram pagos os impostos? – questionou.

Segundo Kátia Abreu, “a análise dos dados financeiros das quatro associações revela que o MST montou, controla e tem a seu dispor uma gigantesca rede de abastecimento de recursos públicos e privados”. Ela afirmou que muitos dos recursos foram liberados às vésperas de “manifestações estridentes” do MST e que “saques vultosos foram feitos na boca do caixa, possivelmente numa tentativa de ocultar a destinação do dinheiro”.

Alvaro lembra que CPMI da Terra revelou desvio de dinheiro público

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra revelou à época que cerca de R\$ 18 milhões teriam sido desviados por três entidades ligadas aos trabalhadores rurais sem terra, afirmou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

A comissão, que funcionou entre 2003 e 2005 e foi presidida pelo senador, recomendou no seu relatório final, segundo Alvaro, que os repasses federais para essas entidades – Concrab, Anca e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra) – fossem

bloqueados.

Alvaro Dias pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que cobre das autoridades competentes informações sobre as providências que foram tomadas quanto às denúncias apresentadas pela CPI.

O senador assinalou que o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) confirmou as irregularidades e determinou o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos.

– Temos que cobrar se esse ressarcimento foi realizado – disse.

Senadores cobram apuração de casos de violência em São Paulo

Os senadores paulistas Eduardo Suplicy (PT), Aloizio Mercadante (PT) e Romeu Tuma (PTB) manifestaram preocupação com a violência na capital do estado. Tuma comentou também o assassinato do ex-ministro do Tribunal Superior Eleitoral José Guilherme Villela, ocorrido em Brasília no fim de semana.

Mercadante pediu a investigação das mortes de adolescentes ocorridas na comunidade de Heliópolis (SP) e a punição dos responsáveis. O senador disse que os moradores são contrários às ações de vandalismo que vêm ocorrendo, como queima de automóveis e ônibus, na tentativa de reparar os crimes.

Suplicy leu carta da presidente da União de Núcleos, Associações e Sociedades dos Moradores de Heliópolis e São João Clímaco, Antônia Cleide Alves, em que ela repudia os atos de vandalismo praticados em Heliópolis. O senador sugere-

riu ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que faça uma visita à área.

Formação

Tuma alertou para a necessidade de se promoverem melhorias na formação pessoal dos integrantes das forças policiais. Ele enfatizou que investimentos em equipamentos não são suficientes para impedir o aumento da corrupção entre policiais.

– Os governadores têm que acreditar que não adianta só colocar equipamento e esquecer o homem que está por trás dele. O profissional de polícia precisa de um atendimento melhor, de assistência e de respeito – disse o senador.

Tuma solicitou ainda a publicação nos Anais do Senado de artigo do diretor do Hospital Albert Einstein, Claudio Lottenberg, tratando dos problemas do sistema de saúde pública nos Estados Unidos.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem duas sessões

Às 11h, sessão especial para comemorar o Dia do Corretor de Imóveis. Na ordem do dia, às 14h, os parlamentares analisam pauta com proposta de emenda à Constituição (PEC 32/08) que inclui a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Agenda do presidente do Senado

O senador José Sarney preside, a partir das 16h, as deliberações da pauta da sessão plenária.

Comissões discutem qualidade da educação

As comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE) reúnem-se, às 10h, para debater proposta de emenda à Constituição (PEC 74/05) que dispõe sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. Participam o secretário municipal de Educação de São Luís, Raimundo Moacir Feitosa; a presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, Maria Auxiliadora Rezende; e o professor da USP Naércio Menezes Filho.

CDH: investimento no pré-sal

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública para discutir investimentos na camada do pré-sal.

CRE vota traslado de brasileiro morto

Entre os 15 itens da pauta, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa, às 10h, proposta que estabelece a obrigatoriedade de a União trasladar corpo de brasileiro falecido no exterior cuja família não possua recursos.

Debate sobre saneamento nas obras do PAC

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) ouve, às 8h30, a secretária-executiva do Ministério da Saúde, Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli. Ela vai falar sobre saneamento nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Em seguida, o colegiado analisa projeto que tem como objetivo incentivar a economia no consumo de água.

Raupp: Câmara vai votar matéria sobre Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, prometeu colocar na pauta de votações do próximo dia 16 a proposta que transfere para a União a folha de servidores do antigo território de Rondônia. O senador lembrou que os estados do Amapá e de Roraima, criados depois de Rondônia, já conseguiram essa transferência.

Raupp explicou que a medida (PEC 483/05) permitirá que seu estado contrate mais médicos, policiais e outros funcionários, para servir melhor à população. A PEC foi apresentada pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), “e está parada na Câmara há cerca de três anos”, disse.

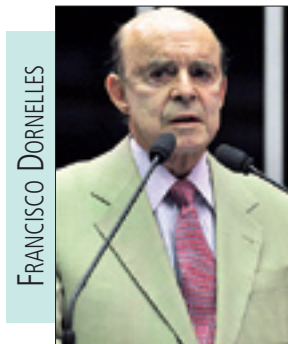
No pronunciamento, Raupp também cumprimentou os profissionais de educação física pelo seu dia, transcorrido em 1º de setembro, assinalando que há 11 anos a profissão foi regulamentada. O senador disse que a cada dia eles são mais reconhecidos como profissionais que promovem a saúde e o bem-estar da sociedade.

Plenário discute opções para petróleo do pré-sal

A proposta do governo que fixa um marco regulatório para exploração do petróleo da camada do pré-sal voltou a ser discutida no Plenário. Francisco Dornelles pediu um debate isento de emoção ou de embates partidários e avaliou

como “burocrático” o modelo proposto pelo Executivo. O restabelecimento do monopólio estatal na exploração foi cobrado por José Nery. Renato Casagrande disse que os recursos da exploração do pré-sal devem servir a todo o país, mas pediu tratamento

diferenciado aos estados produtores. Cícero Lucena quer priorizar municípios na distribuição dos *royalties*. Mozarildo Cavalcanti acusou o governo de fazer propaganda enganosa, e João Pedro protestou contra a obstrução feita pela oposição.



FRANCISCO DORNELLES

Regime proposto fortalece a burocracia

O regime de concessão na área do pré-sal é o mais adequado, enquanto o modelo de partilha e a criação de um fundo específico para o pré-sal, propostos pelo Executivo, são instrumentos que podem burocratizar o Estado. A avaliação é do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), para quem o fato de o marco regulatório ter sido encaminhado ao Congresso em regime de urgência exige que os líderes organizem uma forma de debater amplamente o tema dentro do prazo – 45 dias para cada Casa. “Esse debate não pode ser emocional nem partidário”, aconselhou.

O regime de concessão, favorece a captação de recursos junto a empresas privadas nacionais ou estrangeiras para, junto com a Petrobras, explorar o pré-sal.

– Não vejo nenhuma razão que justifique a troca do modelo de concessão pelo de partilha a não ser o movimento de fortalecimento da burocracia estatal. Estamos trocando um regime moderno e transparente, em que o governo é sócio oculto privilegiado de todos os resultados do petróleo, por um regime burocratizado – disse.



JOSÉ NERY

PSOL quer volta do monopólio estatal

O PSOL defende o restabelecimento do monopólio estatal na exploração do petróleo, disse ontem o senador José Nery (PSOL-PA), a propósito dos projetos do governo enviados ao Congresso para regulamentar a exploração das reservas de petróleo da camada pré-sal.

– A descoberta do pré-sal pode representar nossa redenção ou aprofundar nossa dependência. O país está diante de mais uma ameaça à sua soberania.

Com a quebra do monopólio estatal, a partir de 1997, 500 blocos de exploração de petróleo teriam sido entregues a 72 conglomerados econômicos, dos quais mais da metade é estrangeira. O risco de “loteamento privado” das reservas naturais de petróleo é ainda maior com o pré-sal, argumentou.

O PSOL vê “com reservas” a criação de uma nova estatal para gerir as novas reservas, o que poderia significar uma “saída de fachada”.

– Entendemos que a Petrobras tem legitimidade histórica e capacitação técnica acima de qualquer suspeita para ter o controle da exploração sobre todas as reservas de petróleo e gás do país – afirmou o senador.



CÍCERO LUCENA

Municípios precisam ser beneficiados

Ao criticar o governo federal por não priorizar os municípios na distribuição dos *royalties* decorrentes da exploração do pré-sal, Cícero Lucena (PSDB-PB) lembrou que, com a crise financeira mundial, houve queda nas receitas das cidades de pequeno porte, “que dependem, na sua maioria, dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)”.

– Os municípios foram praticamente deixados de lado nas discussões sobre a distribuição de *royalties*, distribuição que o próprio governo considera como oportunidade de se fazer justiça social – protestou.

Cícero Lucena disse que, “para fazer justiça social, é preciso, inicialmente, atender aqueles que estão em situação de desigualdade quanto às riquezas e à distribuição de oportunidades”.

Apesar de observar que, de acordo com as propostas do governo federal, “os estados que já eram beneficiados com os *royalties* continuarão sendo beneficiados”, o senador elogiou a ideia de distribuir esses pagamentos entre os outros estados do país. Mas avaliou que também a região Nordeste não foi devidamente contemplada.



RENATO CASAGRANDE

Financiamento de atividades estratégicas

Na opinião do senador Renato Casagrande (PSB-ES), os recursos adquiridos com a exploração do petróleo na camada pré-sal devem servir como fonte de distribuição de riqueza para todo o país. Porém, os estados produtores, por sofrerem forte impacto socioambiental, merecem um tratamento diferenciado na divisão desse bolo, disse ele.

O parlamentar informou que no seu estado existe um modelo que pode servir como base para uma reflexão. Segundo maior produtor de petróleo do país, o Espírito Santo criou, por iniciativa do governo local, um fundo de combate à pobreza com 30% dos repasses de *royalties* do total destinado ao estado.

Esse dinheiro é repartido entre as cidades que não possuem reservas petrolíferas e, assim, não têm direito aos *royalties*. Quanto pior o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), maior o repasse.

Para Renato Casagrande, o fundo que será criado com recursos do pré-sal deve financiar atividades estratégicas, como educação, combate à pobreza, cultura, ciência e tecnologia e ainda compensação ambiental.



MOZARILDO CAVALCANTI

Governo faz “propaganda enganosa”

O governo está desviando o foco de assuntos graves, como a gripe A, o mau atendimento em postos de saúde, a pirataria na venda de medicamentos e produtos de saúde e a falta de segurança, para “mobilizar a população em torno de algo que só vai se tornar realidade daqui a uma década, como o pré-sal”.

Essa é a análise do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), segundo o qual o presidente da República está fazendo “propaganda enganosa”.

Em contraponto ao governo, o senador anunciou que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a realização de debate com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e o diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Dirceu Raposo de Mello.

– Não posso entender por que esses assuntos tão importantes para a população estão sendo deixados para trás – protestou.

Para Mozarildo, o governo “não tem planejamento algum”, pois até mesmo o Tamiflu, utilizado no combate à gripe A, antes comercializado nas farmácias, hoje é monopolizado pelo Estado.



JOÃO PEDRO

Prazo suficiente para a discussão das propostas

João Pedro (PT-AM) manifestou estranheza com o anúncio dos partidos de oposição – DEM, PSDB e PPS – de obstruírem a votação dos projetos que estabelecem o marco regulatório para a exploração do pré-sal. As proposições foram encaminhadas ao Congresso Nacional, pelo governo, sob o regime de urgência constitucional.

Contestando o argumento opositorista de que o prazo de tramitação das propostas, de 90 dias, não é suficiente para que sejam bem debatidas, o parlamentar afirmou que é possível, sim, fazer a discussão nesse período. Ele propôs que sejam ouvidos a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidades sindicais e trabalhadores rurais, entre outros.

João Pedro também registrou o sepultamento, em Parintins, do médico Aldrin Verçosa Dias, que foi diretor administrativo do Hospital Colombo, referência na cidade e no Médio Amazonas. Segundo disse, Aldrin foi “um grande médico, solidário em todas as horas.”

CDH debate projeto de petroleiros que restabelece monopólio estatal

A proposta legislativa encaminhada pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) de estabelecer o monopólio estatal do petróleo, gás natural e seus derivados será discutida hoje pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

A sugestão da FUP tem o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)

e de outras entidades. O debate foi proposto pelo senador Paulo Paim (PT-RS) e aprovado ontem pela comissão.

A FUP afirma, na sugestão, que a categoria petroleira e os movimentos sociais brasileiros defendem a presença e o controle do Estado no que diz respeito aos recursos minerais, especialmente o petróleo e o gás.

De acordo com a Constituição, a sociedade pode enviar ao Congresso sugestões de propostas le-

gislativas. Após exame da CDH, ela poderá ser transformada em projeto de lei.

Air France

A CDH também decidiu que debaterá questões relativas às vítimas do voo 447 da Air France cuja aeronave caiu no oceano Atlântico no final de maio. A proposta também teve a iniciativa de Paim, que sugeriu convidar representantes do Ministério Público Federal, do Ministério de Relações

Exteriores, da Associação das Vítimas do Voo 447-AFVV447 e da embaixada da França.

Domésticos

Os direitos trabalhistas de empregados domésticos, a formalização e as implicações para os empregadores também serão discutidos na CDH, conforme requerimento da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) aprovado pela comissão. Serys sugeriu a participação dos ministros da Previdên-

cia Social, José Pimentel; do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e do Tribunal Superior do Trabalho Maria de Assis Calsing.

Braile

Outra audiência aprovada ontem pela CDH vai discutir a produção e a distribuição de livros em braile no Brasil. Proposto pelo senador Flávio Arns (sem partido-PR), o debate acontecerá dentro da

programação da V Semana do Senado Federal de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, a ser realizada em dezembro.

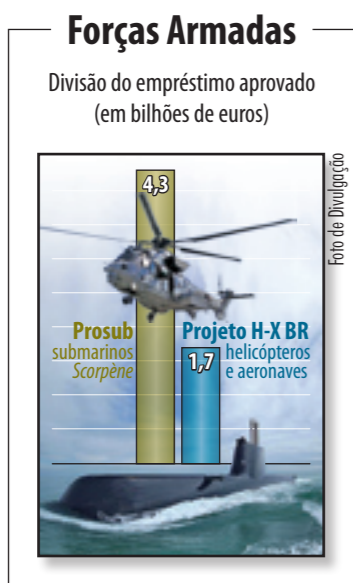
Flávio Arns sugeriu que sejam convidados representantes do Ministério da Educação; da Organização Nacional dos Cegos do Brasil; da Fundação Dorina Nowill para Cegos; do Instituto Benjamin Constant; e do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade).

Senado aprova empréstimos externos para as Forças Armadas

Autorização para a contratação de um empréstimo externo pelo Brasil no valor total de 4,32 bilhões de euros foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado. Pela proposta acatada – o Projeto de Resolução do Senado 54/09 –, os recursos, fornecidos por um consórcio de bancos, destinam-se ao programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub) da Marinha do Brasil.

O Prosub prevê a construção em série de quatro submarinos convencionais no Brasil, com aquisição de tecnologia de projeto e de construção dessas embarcações. Também prevê os projetos e a construção de um estaleiro dedicado à construção de submarinos nucleares e convencionais; de uma base de apoio de submarinos convencionais e nucleares; e de um submarino nuclear.

O Plenário aprovou ainda o PRS 55/09, que autoriza a contratação de empréstimo externo de 1,76 bilhão de euros visando



à aquisição de 50 helicópteros de médio porte para emprego das três Forças Armadas.

As aeronaves serão fornecidas pelo consórcio Helibras e Eurocopter, entre 2010 e 2016. Ao comando da Aeronáutica caberão 18 unidades e aos comandos do Exército e da Marinha, 16 unidades cada um.

Virgílio solicita sessão especial em memória de Menezes Direito

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento solicitando a realização de sessão especial em homenagem à memória do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Alberto Menezes Direito, morto na última terça-feira, vítima de câncer no pâncreas.

– A homenagem que ora propomos se faz extremamente justa, pois Menezes Direito construiu sua carreira com brilhantismo e elevado espírito público – afirmou.

O senador assinalou que, antes de iniciar sua carreira de magistrado, Menezes Direito, nascido no Pará, atuou como advogado no Rio de Janeiro. Naquela cidade, ocupou ainda

diversos cargos públicos, entre os quais, chefe de gabinete na prefeitura, presidente da Fundação das Artes do Estado do Rio de Janeiro e membro do Conselho Estadual de Cultura do estado.

Presidiu também a Casa da Moeda do Brasil e o Conselho Nacional de Direito Autoral; foi secretário de estado de Educação e professor titular do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-RJ.

Menezes Direito foi indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o STF em 2007, em substituição a Sepúlveda Pertence. Antes de chegar ao STF, Menezes foi ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Flexa Ribeiro diz que Lei Kandir não repõe as perdas dos estados

Os mecanismos da Lei Kandir “nunca foram suficientes para repor todas as perdas de estados e municípios com a imunidade tributária das exportações”, afirmou Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Segundo o senador, o que se perde com a isenção é muito mais do que o reposto por força da lei. Flexa Ribeiro disse que, quando a Lei Kandir foi instituída, em 1997, a pauta de exportações do Brasil era da ordem de US\$ 47,7 bilhões e chegou, em 2008, a US\$ 200 bilhões.

Flexa Ribeiro lembrou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2010 foi sancionada pelo presidente da República com vários vetos, assinalando que um dos dispositivos vetados é o que obriga o governo a incluir no Orçamento de 2010 recursos adicionais para o ressarcimento das perdas com as isenções tributárias às exportações.

O senador explicou que os estados teriam direito a recursos

adicionais da ordem de R\$ 1,3 bilhão, além de montante igual ao que está sendo repassado pela União em 2009, algo em torno de R\$ 5,2 bilhões. Com isso, o governo teria que colocar na sua programação orçamentária o montante equivalente a R\$ 6,5 bilhões para o ano de 2010.

– Mas isso não irá ocorrer. Com esse tipo de postura, com que credibilidade as lideranças governistas voltarão a negociar, quando chegar o momento de debater a Lei Orçamentária? – questionou.

Flexa Ribeiro acrescentou que outro veto do presidente cortou da LDO um dispositivo que limitava as despesas do governo com publicidade, diárias e locomoção de funcionários aos valores empenhados no ano. O senador observou que a LDO estabelecia que o governo não poderia gastar mais com esses itens em 2010 do que em 2009, numa tentativa de conter o aumento dos gastos de custeio.

Projeto de lei que modifica as regras para as eleições precisa ser aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado até 3 de outubro para que possa vigorar no pleito do próximo ano; uso da internet provoca debate

Comissões votam reforma eleitoral, que Plenário deve examinar na terça

AS MODIFICAÇÕES NA legislação eleitoral, que poderão valer já para o pleito de 2010, foram aprovadas ontem pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em reunião conjunta.

A proposta deve ser votada em Plenário na próxima semana, já que a pauta está travada pelo Projeto de Conversão 13/09, que libera recursos para os municípios. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), salientou que há questões que precisam ser mais discutidas na reforma eleitoral, especialmente sobre a regulamentação da campanha na internet.

Para que as alterações na legislação eleitoral possam vigorar já nas eleições de 2010, precisam ser aprovadas e promulgadas, pelo menos, um ano antes do pleito. Ou seja, até 3 de outubro deste ano.

As principais modificações do Senado à proposta aprovada pela Câmara foram a rejeição de duas inovações inseridas pelos deputados: a impressão dos votos eletrônicos e a regulamentação do voto em trânsito.

Segundo justificam os relatores na CCJ, Marco Maciel (DEM-PE), e na CCT, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que elaboraram parecer em conjunto, o voto impresso é um retrocesso e o voto em trânsito é passível de fraude.

Internet

A veiculação de propaganda paga em sites destinados a notícias, que num primeiro parecer dos dois relatores havia sido autorizada para candidatos a todos os cargos, passa,

agora, a ser permitida somente a candidatos a presidente da República, limitada a 24 inserções.



O espaço total da propaganda não pode exceder um oitavo do espaço total do conteúdo e ela não pode ser destinada exclusivamente a um único partido ou candidato.

Obras



A proposta do Senado também proíbe a qualquer candidato comparecer, nos seis meses que precedem o pleito, a inaugurações, lançamentos de pedra fundamental ou atos de assinatura de ordem de serviço para a realização de obras públicas.

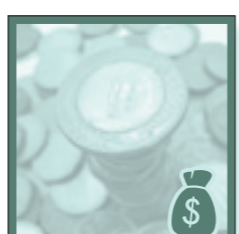
Regra eleitoral



Os dois relatores resolveram também prever penalidades em caso de descumprimento da regra eleitoral que determina um mínimo de 30% para candidaturas femininas e ainda esclarecer regras para o comparecimento de

políticos a programas diversos. Assim, fica autorizada a participação de filiados a partidos políticos ou pré-candidatos em entrevistas e programas nos diversos meios de comunicação, inclusive com a exposição de plataformas, projetos políticos e críticas político-partidárias, desde que não haja pedidos de votos.

Doação



As doações de recursos financeiros poderão ser feitas por autorização de débito na conta de telefone, cartão de crédito ou de débito, boleto ou transferência bancária e outros meios eletrônicos de pagamento que deverão conter a identificação do doador e a emissão obrigatória de recibo eleitoral para cada doação realizada.

Propaganda paga



O número de inserções pagas na imprensa escrita e respectiva reprodução na internet foi alterado de 12, como constava no primeiro parecer, para 24, a fim de permitir, segundo Azeredo, maior participação dos candidatos.

– São 12 semanas de propaganda. Com a

modificação, o candidato poderá aparecer até duas vezes por semana – explicou Azeredo.

Placas



O texto aprovado na CCJ e na CCT também permite a propaganda eleitoral em bens particulares por meio da fixação de faixas e cartazes não colantes que não excedam a quatro metros quadrados, mas proíbe a pintura de muros e paredes externas, que a Câmara havia autorizado.

Já a obrigação de veicular propaganda eleitoral estende-se a todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com exceção das TVs por assinatura.

Discussão



No debate da matéria, vários senadores elogiaram o parecer elaborado por Azeredo e Maciel e fizeram sugestões à proposta. Participaram das discussões Aloizio Mercadante (PT-SP), Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), Serys Sliessarenko (PT-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Valter Pereira (PMDB-MS) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).



Na reunião conjunta, Demostenes Torres (E) conversa com Flexa Ribeiro, ao lado de Marco Maciel, Kátia Abreu e Eduardo Azeredo

Virgílio: “Não acho possível controlar a internet”

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), manifestou ontem, em Plenário e em entrevista à imprensa, dúvidas sobre alguns pontos da reforma eleitoral aprovada pelas comissões do Senado e pediu que a matéria só seja votada na próxima semana pelo Plenário. Sua maior dúvida está ligada aos limites que poderão ser impostos para a divulgação de candidatos em blogs e sites.

– A internet é livre o tempo todo. Ela não é concessão pública, como rádio e televisão. Por que então tirar sua liberdade na época eleitoral? Para mim, é injusto e incoerente. Não acho possível controlar a internet. Quero discutir mais



Virgílio defende aprofundamento de debates

essas dúvidas com os senadores antes da votação – disse. Arthur Virgílio afirmou que confia



Para Mercadante, novas regras podem evitar abuso da máquina pública em campanhas

Mercadante deverá propor liberdade total na internet

Aloizio Mercadante (PT-SP) informou que apresentará emenda em Plenário ao projeto de lei que altera a legislação eleitoral. O objetivo é revogar o dispositivo que dá à internet o mesmo tratamento concedido ao rádio e à TV, para assegurar liberdade absoluta à internet, com direito de resposta em dobro ao da agressão.

A emenda à proposta de reforma eleitoral, disse Mercadante, vai responsabilizar os grandes portais. Segundo o senador, a liberdade é a principal característica da internet e deve ser preservada. Ele ressaltou que a rede mundial de computadores é um elemento novo da democracia e que “nem as ditaduras conseguem controlar” a liberdade de expressão nesse meio.

Na avaliação de Mercadante, a proposta de reforma eleitoral em discussão no Senado

poderá contribuir para evitar o abuso da máquina pública em campanhas eleitorais. Ele considerou positivas medidas como a proibição de candidato comparecer, nos seis meses que antecedem as eleições, a inauguração de obra pública, lançamento de pedra fundamental de obra pública ou ato de assinatura de ordem de serviço para a realização de obra pública, bem como propaganda sobre obras públicas na televisão.

Mercadante destacou emenda apresentada por ele e aprovada pela CCJ e CCT obrigando programas de entrevistas a convidar todos os candidatos a cargos majoritários filiados a partidos que tenham pelo menos dez representantes no Congresso ou 15 em coligações. O senador disse que partidos sem representatividade podem prejudicar as eleições.

Azeredo apresentará emenda para detalhar uso da rede

Eduardo Azeredo, relator do projeto da reforma eleitoral na CCT, informou que deverá apresentar uma emenda de Plenário detalhando a utilização da internet na campanha eleitoral.

– O texto aprovado pela Câmara dos Deputados não foi alterado pelo Senado Federal. Não se levantou nenhuma dúvida sobre ele. Eu tenho o entendimento que a internet, sendo multimídia, envolve várias formas. Assim, a parte que é jornal obedece às regras do jornal, a parte que é televisão obedece às regras da televisão, e a parte que é rádio obedece às regras do rádio – disse ontem o senador em entrevista.

Azeredo afirmou que o Senado, ao prever a publicidade paga em sites noticiosos que se assemelham a jornais impressos, já está ampliando o uso da internet, em relação ao projeto que foi aprovado pela Câmara dos Deputados. Acrescentou que, como a internet é um meio de comunicação novo, a possibilidade de realizar propaganda eleitoral paga foi disponibilizada apenas na campanha para presidente da República.

– Não existe uma legislação em nenhum outro lugar, é uma questão nova. Os países vizinhos a nós também não têm essa legislação. Mas por que não ter regra nenhuma se o jornal tem a sua, a televisão tem a sua e o rádio tem a sua?

– questionou. O senador reiterou que opiniões publicadas por escrito em blogs e em artigos de jornais noticiosos seguem as regras que regem os jornais, não havendo restrição para elas. Agora, se o articulista resolver divulgar sua posição em um vídeo, terá de utilizar as regras da televisão. Citou também o exemplo de vídeo publicado no site Youtube, para o qual qualquer pessoa pode enviar vídeos para serem vistos em todo o mundo.

– Entendo que o Youtube é uma televisão e terá espaço para opinião, como a televisão também tem. O noticiário de televisão não pode ser uma posição de parcialidade. Os jornais (impressos) também têm suas posições, têm seus editoriais, mas têm de manter um mínimo de liberdade para os outros candidatos também – afirmou o senador.

Eduardo Azeredo, que é analista de sistemas por formação, afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), na ausência de lei na última campanha, fez regulamentação proibindo internet em todos os processos. – Estamos agora avançando. Tenho meu site pessoal de senador. Quando for candidato, terei meu site de candidato. E vou poder usar as redes sociais e outras formas de comunicação da internet. No meu blog, no meu site, no meu e-mail eu posso pedir voto.

RORAIMA

Augusto: número de fumantes é elevado

Augusto Botelho (PT-RR) disse estar preocupado com resultado de pesquisa revelando que 17,4% dos habitantes de Roraima acima dos 18 anos são fumantes. Os dados foram levantados em 2008 pela Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel). O senador informou que, segundo a coordenadora estadual de Controle do Tabagismo, Ellen Oliveira, o governo de Roraima implantará sistema de tratamento de fumantes.

INVESTIMENTOS



Claudino relata viagem ao interior do Piauí

João Vicente Claudino (PTB-PI) relatou ontem sua passagem, no final de semana, pelas cidades piauienses de União, Santa Rosa, São Raimundo Nonato e Miguel Leão. Ele participou dos festejos de São Raimundo Nonato.

O senador elogiou o prefeito da cidade de União, Zé Barros, pelo investimento em turismo rural no município. Em Santa Rosa, verificou como estão sendo aplicados recursos de emendas ao Orçamento da União para a montagem de um sistema de abastecimento de água.

SAÚDE PÚBLICA

Serys diz que setor em Cuiabá enfrenta crise

O setor de saúde pública em Cuiabá enfrenta séria crise, afirmou Serys Sliessarenko (PT-MT). A senadora pediu ao prefeito Wilson Santos a ampliação do diálogo e das negociações com o Sindicato dos Médicos de Mato Grosso para que a situação não piore.

Serys registrou a realização de uma passeata de médicos em Cuiabá, ontem, e também o pedido de demissão de 40 profissionais de saúde que trabalhavam no Pronto Socorro Municipal de Cuiabá e no Programa Saúde da Família.

DESCASO

Tuberculose avança no Amazonas, diz Praia

O Amazonas é o estado com a maior incidência de tuberculose do país, informou ontem Jefferson Praia (PDT-AM), citando dados do Ministério da Saúde. Segundo o senador, o estado registra 68,93 casos para cada 100 mil pessoas – acima do Rio de Janeiro, com 66,56.

O parlamentar afirmou que os segmentos da população mais atingidos pela doença são as tribos indígenas, os portadores do vírus da Aids, os presidiários e os moradores de rua.

Proposta aprovada pela Comissão de Justiça também pune a adulteração do produto, bem como sua fabricação em desacordo com norma sanitária

Falsificação de cigarro pode sujeitar o infrator a cinco anos de reclusão

A FALSIFICAÇÃO, A adulteração ou a fabricação de cigarro em desacordo com a legislação sanitária poderão ser qualificadas como crime, punível com pena de reclusão de um a cinco anos, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), a proposta (PLS 220/08) criminaliza a conduta de quem usar substância não autorizada para fabricar, falsificar, corromper, adulterar ou alterar cigarros, cigarrilhas, charutos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco.

A relatora, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), recomendou a aprovação do projeto, que altera o Código Penal (CP). Como a matéria recebeu decisão terminativa, poderá seguir diretamente para exame na Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para votação no Plenário do Senado.

A senadora explica no relatório que a proposta de Jucá altera ainda a redação do Código Penal referente à falsa indicação em



A relatora, Kátia Abreu, defende na reunião da CCJ proposta que amplia ofensiva contra a chamada máfia do cigarro

invólucro ou recipiente, que já é crime punível com pena de um a cinco anos mais multa. O texto inclui nesse crime fazer constar da embalagem de produto a existência de substância em quantidade menor ou maior que a mencionada, em desacordo com a autorização sanitária.

A proposição também torna crime a atitude de omitir ou disfarçar informação, expressão,

advertência, sinal ou dizeres que devam constar do rótulo, embalagem, publicidade ou propaganda dos produtos submetidos ao regime de vigilância sanitária.

Segundo Jucá, hoje são vendidos no Brasil mais de 25 bilhões de cigarros ilegais – quase 20% do mercado total do produto.

Há estimativas, de acordo com o senador, de que o contraban-

do, a falsificação e a fabricação ilegal no país provocam prejuízos, a cada ano, em torno de R\$ 1,5 bilhão à indústria fumageira e de R\$ 1,4 bilhão aos cofres públicos apenas com carregamentos que chegam do Paraguai. Jucá salienta que o dinheiro movimentado pela máfia do cigarro financia ainda o tráfico de drogas e o contrabando de outros produtos.

Pedido de divórcio poderá ser feito por meio da internet

Os pedidos de separação e divórcio consensuais poderão ser requeridos ao juízo competente por meio eletrônico, desde que não haja filhos menores ou incapazes, e observados os requisitos legais. Projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) estabelecendo tal facilidade foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta, que altera o Código de Processo Civil, recebeu apoio unânime dos senadores do colegiado, que acompanharam o voto da relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT).

Pelo projeto (PLS 464/08), o pedido *on-line* deverá conter o que ficou acertado sobre os bens comuns e a partilha, a pensão alimentícia e os nomes, se tiverem sido alterados com o casamento.

Tendência mundial

Patrícia Saboya lembra que já há audiências a distância, como as que ocorrem nos tribunais regionais do Trabalho, e a possibilidade de inventário, partilha, separação e divórcio consensuais serem feitos via administrativa, o que suprimiu grande número de demandas no Judiciário. Ela também argumenta que a medida é uma consequência dos avanços tecnológicos.

– A medida preconizada neste projeto acompanha a tendência mundial de assegurar a prestação jurisdicional, sem exagerar, porém, no formalismo que ainda se impõe a certas práticas processuais, o que propiciará economia de papel, tempo e dinheiro, e permitirá a desconcentração de demandantes e testemunhas nos tribunais.

Aprovada em decisão terminativa, a matéria deverá seguir logo para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso ao Plenário do Senado.



Patrícia Saboya: "Medida propiciará economia de papel, tempo e dinheiro"

Normas para ações por omissão do serviço público

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto que define regras processuais para a apresentação e tramitação da ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO). Esse tipo de processo visa permitir o exercício de direitos constitucionais ainda sem possibilidade de serem desfrutados diante da inércia do poder público – seja pela ausência de legislação regulamentadora ou de normas administrativas que tratem do assunto ou, ainda, pela falta de ação da autoridade administrativa competente.

Conforme o PLC 132/09, podem propor esse tipo de ação, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), os mesmos agentes legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e para a ação declaratória de constitucionalidade (ADC).

Assinado pelo deputado Flávio Dino (PCdoB-MA), o projeto chegou ao Congresso como sugestão do STF. É parte das ações do segundo Pacto Republicano, firmado em abril, entre os Três Poderes, para garantir ao país um sistema judiciário mais acessível, ágil e efetivo.

Proposta inclui servidor do IBGE em carreira do Estado

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania inclui os servidores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre as categorias do serviço público federal que desenvolvem atividades exclusivas de Estado.

De autoria de Cristovam Buarque (PDT-DF), o projeto (PLS 392/08) atribui esse *status* apenas aos servidores efetivos ligados ao Plano de Carreiras e Cargos da instituição. Como esclarece o senador, servidores de carreiras exclusivas podem contar com garantias maiores para o exercício de suas funções.

Cristovam lembra que a missão do IBGE é retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento da sua realidade e ao exercício da cidadania. Por se tratar de função de grande importância, ele entende que seus servidores não podem ficar "sujeitos a pressões indevidas ou a ameaças de qualquer tipo sobre o seu trabalho".

Governante pode ter de matricular filho em escola pública

Projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF) que obriga os integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo da União, dos estados e do Distrito Federal a matricular seus filhos em escolas públicas, na educação básica, será debatido em audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça. O debate foi proposto pelo relator da matéria, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Para discutir a proposta, em data ainda a ser definida, serão convidados o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, Gilberto Luiz Moraes Selber. A lista de convidados inclui ainda dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CEB/CNE).

Na justificativa do projeto (PLS 480/07), Cristovam argumenta que, se esses agentes públicos fossem obrigados a matricular seus dependentes na rede oficial, a medida poderia contribuir para melhorar a qualidade da escola pública.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Paulo Paim • Serys Slhessarenko • Jefferson Praia

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

CIDADANIA

Concurso de Redação
envolverá 17 mil escolas

Termina no dia 28 de setembro o prazo para inscrição no 2º Concurso de Redação do Senado. Até essa data, as mais de 17 mil escolas públicas estaduais ou distritais do país podem encaminhar às respectivas secretarias de Educação as redações dos alunos e os formulários de inscrição.

O tema deste ano – “Muito prazer, sou cidadão de uma República chamada Brasil” – propõe uma reflexão sobre a importância do Estado democrático de direito e sobre como ser cidadão nas ações cotidianas. Todas as informações do concurso podem ser encontradas em www.senado.gov.br/sf/senado/srpsf/Concurso_2009/default.asp.

HOMENAGEM A KENNEDY

Garibaldi valoriza
preocupação social

O senador Edward Kennedy, que morreu na semana passada, estava determinado “a transformar a função parlamentar em algo muito mais socialmente produtivo”. A avaliação foi feita ontem por Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que realizou o posicionamento do americano em matéria de direitos civis, saúde, educação, trabalho e direitos eleitorais. Edward Kennedy foi ainda contrário às guerras do Vietnã e do Iraque. Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) lembrou que o irmão de Edward, John Kennedy, implementou o projeto Apollo, que permitiu a ida do homem à Lua.

CONFERÊNCIA MUNDIAL

LexML representa
o Brasil na Áustria

Depois de conquistar duas premiações nacionais, o portal LexML do Senado representa o Brasil na 20ª edição da Conferência Internacional de Governo Eletrônico – DEXA 2009, que se encerra no dia 4, em Linz, na Áustria. A informação é do diretor-adjunto da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) e um dos idealizadores do projeto, Deomar Rosado.

A dupla premiação do Comitê Gestor da Internet Brasil (CGI.br) e do Instituto Conip (Conhecimento, Inovação e Práticas de TI na Gestão Pública) ao LexML como Melhor Iniciativa do Ano e Destaque do Ano, assinalou Rosado, garantiu a participação do portal na conferência internacional do setor.

Senadores querem debater temas como o modelo de desenvolvimento da região, a devastação da floresta, as reservas minerais e a situação dos povos originários do local

Comissão realizará ciclo de
audiências sobre a Amazônia

A COMISSÃO DE Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) deverá realizar um ciclo de audiências públicas sobre o desenvolvimento da Amazônia, com o objetivo de subsidiar a elaboração de políticas públicas para a região.

O autor do requerimento aprovado pelo colegiado, José Nery (PSOL-PA), argumenta ser necessário discutir o modelo econômico “concentrador que predomina na região, responsável pela exclusão da maioria da população da Amazônia do processo de desenvolvimento”.

Entre os temas sugeridos por Nery, estão ainda o papel da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam),

a devastação da floresta, a mineração, o extrativismo, o agronegócio, a agricultura familiar e a preservação da Amazônia e dos povos originários da região.

Gilberto Goellner (DEM-MT) disse esperar que o debate contribua para a definição territorial do que se entende por Amazônia. O senador pede a reavaliação da situação de Mato Grosso, estado considerado como integrante da Amazônia Legal e do Centro-Oeste. Ele também disse ser necessário debater a situação das reservas minerais da Amazônia. Há jazidas pouco exploradas, por exemplo, de cloreto de potássio, que poderiam suprir o setor agrícola brasileiro sem necessidade de importação

a preços exorbitantes.

Instituto

O colegiado deverá realizar ainda audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente (CMA) para ouvir o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Rômulo Mello.

O presidente da CDR e autor do requerimento para a audiência, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), pede que sejam prestadas informações à comissão sobre a atuação do instituto desde sua criação, em agosto de 2007, a partir de desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Projeto regulamenta patrimônio cultural aquático

Representantes da Marinha e do Ministério da Cultura disseram concordar com a aprovação do projeto que regulamenta o acesso ao patrimônio cultural subaquático nacional. Durante audiência pública promovida pela Comissão de Educação, Cultura e Esportes (CE), ficou evidente, no entanto, que há divergências em relação à proposta, sobretudo quanto à sua constitucionalidade.

Segundo o projeto (PLC 45/08), qualquer intervenção no patrimônio subaquático necessita de autorização expressa da autoridade federal de cultura, ouvida ainda a autoridade marítima. Essa intervenção deve ser precedida da apresentação de um projeto arqueológico, assinado por um responsável técnico.

Segundo Dalmo Vieira Filho, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a lei atual não menciona a necessidade de existência de “procedimentos arqueológicos”. O comandante Tomé Albertino Machado considerou “anacrônica” a atual legislação e pediu a



Simone (E), Rambelli, Dalmo Filho, Arns, Tomé Machado, Lilian Schaefer e Estevão

aprovação do novo projeto. Da mesma forma, o vice-presidente da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Gilson Rambelli, criticou a lei hoje vigente, por permitir que “não arqueólogos façam arqueologia”.

Na opinião da advogada Lilian Schaefer, especialista em Direito Marítimo e Portuário, existe no projeto de lei um “vício de iniciativa”, pois somente o presidente da República teria competência para promover uma mudança de atribuições dos ministérios. Para a professora e arqueóloga Simone Mesquita de Souza, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, a responsabilidade deveria

permanecer com a Marinha, “mais capacitada para acompanhar o desenvolvimento de pesquisas subaquáticas do que o Iphan, ligado ao Ministério da Cultura”. Já o engenheiro de pesca Estevão Campelo, pesquisador da Universidade Federal de Pernambuco, lembrou o risco de bens culturais serem destruídos pela pesca de arrasto praticada nos oceanos.

O relator do projeto, Cristovam Buarque (PDT-DF), disse que havia elaborado um parecer favorável, mas considerou necessário ouvir os argumentos contrários à proposta e, por isso, solicitou a realização da audiência.

CMA anuncia audiências
para a próxima semana

A reunião da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), agendada para ontem, foi cancelada por falta de quórum. O presidente do colegiado, Renato Casagrande (PSB-ES), anunciou para a próxima terça-feira a realização de uma audiência pública para a instrução do projeto que institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária (PLS 260/07).

Para o debate, foram convidados representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Faculdade de Agricultura e Medicina Veterinária da Universidade de Brasília (UnB); do Grupo Campo; e do World Wildlife Fund for Nature (WWF). Também deve participar da discussão a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Casagrande anunciou ainda, para a próxima quarta, uma audiência destinada a levantar informações sobre o primeiro ano de atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.



Cristovam destaca que projeto de sua autoria foi acatado pelos deputados

Cristovam festeja
aprovação da Cesta
Básica do Livro

Cristovam Buarque (PDT-DF) comunicou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de sua autoria que autoriza o Ministério da Educação a criar a “Cesta Básica do Livro”. O senador lamentou apenas que a proposta (PLS 278/08) tenha sido aprovada como autorizativa, sem impor sua execução.

O projeto autoriza o governo a oferecer, a cada família com filhos entre 6 e 18 anos que estudem em escolas públicas, dois livros de conteúdo literário, artístico ou científico a cada bimestre letivo. Cristovam calcula que o programa custará de R\$ 300 milhões a R\$ 500 milhões por ano e levará as pessoas mais pobres à leitura. Além disso, a proposta incentivaria a indústria gráfica e editorial, gerando empregos.

Cristovam ainda lamentou que apenas 3,5% das escolas de nível superior do país tenham recebido nota máxima do Ministério da Educação.

Paim: UFRGS está
entre 200 melhores
universidades

De acordo com levantamento do Ministério da Educação, quatro em cada dez instituições de ensino superior gaúchas melhoraram sua posição no ranking nacional, afirmou Paulo Paim (PT-RS). O senador explicou que a avaliação do ministério é feita através do Índice Geral de Cursos (IGC), que permite saber se as instituições são capazes de manter os cursos que oferecem ou de abrir novos.

Paim destacou ainda que, de acordo com o jornal *Zero Hora*, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi avaliada pelo Ministério da Educação da Espanha entre as 200 melhores instituições de ensino superior do mundo.

O senador também registrou sua presença em evento no Ministério do Trabalho, no qual a Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap) foi reconhecida como legítima e única representante dos aposentados do Brasil.



Paim comemora índices positivos da educação no Rio Grande do Sul



Vegetal tem mercado, diz o diretor ao presidente do Senado

José Sarney promete
apoiar exploração de alga

O presidente do Senado recebeu ontem o diretor-geral-adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), João César de Freitas Pinheiro, que pediu a José Sarney apoio à exploração comercial da alga *Lithothamnium*, encontrada a 50 quilômetros da costa do Maranhão. Originária do Canal da Mancha, a alga aparece morta na costa maranhense, em cerca de 3 milhões de toneladas anuais. O vegetal é valioso para a indústria farmacêutica, alimentícia e de cosméticos, informou João Pinheiro.

Mão Santa anuncia caminhada de prefeitos



Mão Santa

A diretoria da Associação Piauiense de Municípios promove, no dia 8 de setembro, uma caminhada de protesto em Teresina. Os prefeitos marcharão da sede do governo estadual até a assembleia legislativa, onde ocorrerá sessão solene em apoio aos gestores municipais. A informação foi dada ontem em Plenário pelo senador Mão Santa (PMDB-PI).

– Os governos, não apenas esse, criaram taxas e contribuições que não são repartidas com as prefeituras. Então, o percentual destinado aos municípios caiu para 14%, além de ter aumentado muito o número de novas cidades – afirmou o senador.

Expedito Júnior critica atuação do Inbra em RO



Expedito Júnior

Ao mesmo tempo em que comemorou a queda do desmatamento da Amazônia no mês de julho, em relação ao mesmo mês de 2008, registrada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o senador Expedito Júnior (PR-RO) criticou a atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inbra) em seu estado.

Segundo Expedito, o Inbra promove uma espécie de “terrorismo” em municípios como Machadinho D’Oeste. Ele registrou queixas de vereadores segundo os quais os produtores rurais têm sido impedidos de obter financiamento junto aos bancos de fomento pela falta da declaração de aptidão, uma certidão a ser emitida pelo Inbra.

Mário Couto cobra asfaltamento da “Transamazônica”

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, prometeram diversas vezes aos paraenses o asfaltamento da rodovia Transamazônica, disse o senador Mário Couto (PSDB-PA). Ao salientar que nada foi feito até agora, ele cobrou ontem em Plenário o cumprimento das promessas.

Segundo o senador, vários municípios do oeste do Pará, ao longo da Transamazônica, com populações de até 200 mil ou 300 mil habitantes, esperam o cumprimento da promessa dos governos federal e estadual.

– Tem mais de 1 milhão de pessoas no oeste do Pará, produtores, terras férteis. A base da produção do meu estado está no oeste, mas as cidades estão todas isoladas. Já vem o mês em que começa o inverno e ninguém mais vai poder ir para a capital pela Transamazônica. O nome não é Transamazônica, o nome é Transamargura – disse Mário Couto, referindo-se ao iminente período chuvoso da região.

Mário Couto afirmou ainda que o governo federal prometeu, mas também não cumpriu, plantar 1 bilhão de árvores por ano na região amazônica.

– Está na hora de o paraense aprender: nós fomos enganados! – declarou o senador.



Mário Couto adverte que período das chuvas vai isolar o oeste do Pará

Órgão público pode assumir dívida de empresa contratada

CAS confirma entendimento do Tribunal Superior do Trabalho e atribui responsabilidade à administração pública pelos encargos de empresas terceirizadas inadimplentes

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pode ter responsabilidade subsidiária sobre encargos trabalhistas de empresas terceirizadas. Projeto do senador Papaléo Paes (PSDB-AP) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) confirma entendimento do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e tem o objetivo de proteger o trabalhador, no caso de inadimplência de empresa contratada pelo governo.

O projeto (PLS 296/09) altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) – que proíbe transferir à administração débitos trabalhistas, fiscais ou comerciais das empresas –, abrindo exceção para débitos de natureza trabalhista. Determina ainda que as empresas inadimplentes ficarão impedidas de participar de licitações pelo prazo de cinco anos.

Para o relator, Expedito Júnior (PR-RO), a proposta motivará os órgãos públicos a terem mais cuidado na contratação de empresas terceirizadas. A Comissão



Sérgio Guerra e Rosalba Ciarlini: decisão final caberá à Comissão de Justiça

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai tomar decisão terminativa sobre o projeto.

Empregados

A CAS aprovou ainda projeto (PLS 194/09) do senador César Borges (PR-BA) que permite a dedução, na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF), dos pagamentos feitos pelo empregador para planos

de saúde cujo beneficiário seja o empregado doméstico.

– O projeto é de grande alcance social porque possibilitará ao trabalhador mais humilde ter os mesmos cuidados médicos e odontológicos que, atualmente, estão reservados apenas às pessoas de maior poder aquisitivo – salientou César Borges. O relator, senador João Tenório (PSDB-AL), recomendou a aprovação.

Papaléo celebra aprovação de projeto que beneficia terceirizado

Papaléo Paes (PSDB-AP) comunicou ao Plenário a aprovação, ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), de projeto de sua autoria (PLS 296/09) que determina a responsabilidade solidária da administração pública no pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas em contratos de terceirização de serviços por ela firmados. O projeto visa proteger o trabalhador e obriga a administração a efetuar esse pagamento, caso ele não tenha sido feito pelas

empresas contratadas.

A proposta altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Papaléo elogiou o relator da matéria, Expedito Júnior (PR-RO), que apresentou emenda estabelecendo que as empresas inadimplentes ficam impedidas de firmar novos contratos com a administração pública pelo prazo de cinco anos.

Papaléo também lembrou que 5 de setembro é o Dia Nacional de Conscientização da Fibrose Cística. Papaléo, que é médico,



Papaléo é autor de projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais

afirmou que a doença, crônica, é grave e “já matou muitas crianças por falta de diagnóstico ou de tratamento adequado”.



César Borges: problemas afetam cem municípios e 3 milhões de pessoas

César Borges quer solução para crise do setor cacauero

César Borges (PR-BA) voltou a pedir ontem uma solução para a crise do setor cacauero na Bahia – que envolve questões como a praga da vassoura-de-bruxa e o endividamento de produtores. Segundo o parlamentar, a crise afeta uma região com mais de cem municípios e aproximadamente 3 milhões de pessoas.

– Essa situação, que já dura 20 anos, arrasta-se por diversos governos – declarou ele, acrescentando que “as soluções apresentadas até agora para combater a vassoura-de-bruxa mostraram-se extremamente equivocadas”.

Além de apontar essa praga como uma das razões do endividamento do setor, César Borges citou o impacto de fatores econômicos, como a queda internacional do preço do cacau e as taxas de juros pagas pelos empréstimos.

O senador disse que “os produtores foram induzidos e até mesmo obrigados pelas circunstâncias a aceitar pacotes tecnológicos incompatíveis com a realidade local, acompanhados de pacotes de empréstimos que endividaram a região”.

César Borges lembrou que, a seu pedido, será realizada uma audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para debater o assunto.

Efraim diz que índice aponta qualidade do Unipê

Pelo segundo ano consecutivo, o Centro Universitário de João Pessoa (Unipê) teve o melhor desempenho entre os centros universitários privados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. O Unipê também repetiu o primeiro lugar entre as instituições privadas de ensino superior da Paraíba, disse ontem em Plenário o senador Efraim Moraes (DEM-PB), ao registrar a divulgação do novo índice geral de cursos (IGC), do Ministério da Educação.

Entre os 120 centros universitários privados do país, o Unipê classificou-se em 21º lugar, obtendo melhor resultado que universidades federais, como as de Alagoas, Sergipe, Pará e Amapá, completou o senador.



Efraim Moraes

Rosalba Ciarlini pede atenção à pesca artesanal

Ao relatar sua participação no Grito da Pesca, que reuniu, no último fim de semana, pescadores artesanais na praia de Caiçara do Norte, no Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) cobrou do governo federal políticas públicas para o setor. O evento contou com a presença do ministro da Pesca, Altemir Gregolin.

A senadora disse ter ficado sensibilizada com o drama das mariscultoras.

– Elas querem também ter o direito, que já é dado ao pescador de lagosta, de, no período do defeso [período de reprodução do marisco], receber algo semelhante ao seguro-desemprego.



Rosalba Ciarlini